

Contrato para Operador de Tratamento de Resíduos de Pilhas e Acumuladores

Centro de Reciclagem de Resíduos de Pilhas e Acumuladores

Nº do Contrato _____

Entre:

Primeiro Outorgante: Ecopilhas – Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, L^{da}, com sede na Rua Padre Américo, nº 19, letra D, Escritório D, 1600-548 Lisboa, com o capital social de 60.000 euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 505772213, neste ato representada por Eurico da Costa Cordeiro, na qualidade de procurador, com poderes para o ato, adiante designado por “Ecopilhas”;

e

Segundo Outorgante: (...), com sede em (...), com o capital social de (...) euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de (...) sob o número único de matrícula e pessoa coletiva (...), neste ato representada por (...) e por (...), na qualidade de (...), com poderes para o ato, adiante designado por “Segundo Outorgante”,

É livremente e de boa-fé, celebrado o presente Contrato, nos termos dos considerandos e cláusulas seguintes e dos anexos que dele fazem parte integrante:

Considerando que:

1. O Decreto-Lei nº 6/2009, de 6 de janeiro, que estabeleceu o regime de colocação no mercado de pilhas e acumuladores e o regime de recolha, tratamento, reciclagem e eliminação dos resíduos de pilhas e de acumuladores, foi alterado pelos Decretos-Lei nºs 266/2009, de 29 de setembro, 79/2011, de 17 de junho e 173/2015, de 25 de agosto;
2. A partir de 1 de janeiro de 2018, entrou em vigor o Decreto-Lei nº 152-D/2017, de 11 de dezembro (adiante, “DL 152-D/2017”), que veio estabelecer o novo regime jurídico a que fica sujeita a gestão de determinados fluxos específicos de resíduos, entre os quais se encontra o fluxo específico de resíduos de pilhas e acumuladores, revogando o citado Decreto-Lei nº 6/2009.

3. Por Despacho nº 11275-B/2017, do Senhor Secretário de Estado do Ambiente, de 19 de dezembro de 2017, publicado no Diário da República 2ª Série, nº 245, de 22 de dezembro de 2017, foi atribuída uma nova licença à Ecopilhas para exercer a atividade de gestão de resíduos de pilhas e acumuladores portáteis e de resíduos de pilhas e acumuladores industriais, válida de 01.01.2018 até 31.12.2021.
4. Na prossecução do seu objeto social, a Ecopilhas fomenta a recolha seletiva de pilhas e acumuladores usados junto de diversas entidades, disponibilizando às mesmas, para o efeito e a pedido destas, recipientes destinados à recolha de resíduos de pilhas e acumuladores, os quais são, posteriormente, recolhidos pela Ecopilhas, através de transportadores para tanto contratados ou de outros Operadores de Gestão de Resíduos, aos quais a Ecopilhas encarrega de proceder ao armazenamento e triagem desses resíduos e ao seu encaminhamento para destino final.
5. O Segundo Outorgante, na sua qualidade de operador devidamente licenciado para o exercício de operações de reciclagem e eliminação / valorização dos resíduos de pilhas e acumuladores, tem interesse em fazer parte da rede de recolha e tratamento de resíduos gerida pela Ecopilhas.
6. O Segundo Outorgante desenvolve processos de reciclagem dos seguintes sistemas químicos:
- | | |
|---|--------------------------|
| a. Pilhas Alcalinas e de Zinco Carbono | <input type="checkbox"/> |
| b. Pilhas de Lítio Primário | <input type="checkbox"/> |
| c. Pilhas de Botão | <input type="checkbox"/> |
| d. Acumuladores de Iões de Lítio | <input type="checkbox"/> |
| e. Acumuladores de Níquel-Hidreto Metálico (NiMH) | <input type="checkbox"/> |
| f. Acumuladores de Níquel Cádmio (NiCd) | <input type="checkbox"/> |
| g. Acumuladores de Chumbo | <input type="checkbox"/> |
7. O Segundo Outorgante deve adotar processos e procedimentos de tratamento para cada um dos sistemas químicos assinalados no Considerando 6 que sejam adequados e respeitem os requisitos previstos na legislação em vigor.
8. A transferência dos resíduos de pilhas e acumuladores abordados no Considerado 6 com objeto da sua eliminação e/ou valorização podem encontrar-se sujeitos aos requisitos do Artigo 18º do Regulamento (CE) nº 1013/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Junho de 2006, relativo a transferências de resíduos, na sua redação atual.

É acordado por ambas as Partes:

Cláusula 1ª

(Definições)

Para efeitos do presente Contrato, consideram-se aplicáveis as definições constantes no Artigo 3º do DL 152-D/2017 e no Artigo 2º do Regulamento (CE) nº 1013/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Junho de 2006, relativo a transferências de resíduos, adiante designado por “Regulamento (CE) nº 1013/2006”.

Cláusula 2ª

(Objeto)

1. Pelo presente Contrato, o Segundo Outorgante obriga-se a prestar à Ecopilhas os serviços de tratamento e reciclagem de pilhas e acumuladores usados.
2. Os sistemas químicos de pilhas e acumuladores usados não abrangidos pelo presente Contrato podem ser aceites, no caso de ambas as Partes acordarem e negociarem os termos e condições dos procedimentos a efetuar para o tratamento destes produtos. Posteriormente, será realizado um acordo específico para o sistema químico não abrangido.
3. A Ecopilhas é considerada responsável pelos processos e operações de preparação das pilhas e acumuladores usados com destino às instalações de reciclagem do Segundo Outorgante, de acordo com a legislação referente ao transporte de resíduos perigosos.
4. A adesão à rede da Ecopilhas não exonera o Segundo Outorgante do cumprimento das demais obrigações previstas na lei.

Cláusula 3ª

(Quantidade)

1. A Ecopilhas tem o direito de solicitar o processamento de (...) toneladas de *sistema químico* por ano, de (...) toneladas de *sistema químico* por ano e de (...) toneladas de *sistema químico* por ano, ao Segundo Outorgante.

Cláusula 4ª

(Qualidade)

1. O Segundo Outorgante está devidamente licenciado para receber e tratar resíduos de pilhas e acumuladores de *sistema químico, sistema químico e sistema químico*.

2. O Segundo Outorgante obriga-se a enviar à Ecopilhas um documento de receção dos resíduos de pilhas e acumuladores enviados com a quantidade (peso bruto e peso líquido) e a qualidades destes, num prazo de 30 (trinta) dias. Caso a carga de resíduos apresente não conformidades / impurezas, o Segundo Outorgante deve reportar tal facto à Ecopilhas.
3. Por cada envio de carga e por tipo de produto recebido, o máximo de não conformidades aceites pelo Segundo Outorgante não poderá ultrapassar 1 % (um por cento). O não cumprimento deste requisito, apresenta custos adicionais para a Ecopilhas, no valor de _____ €/kg.
4. A Ecopilhas é obrigada a adotar uma das seguintes opções, num prazo de 15 (quinze) dias, após receber o documento de admissão de resíduos de pilhas e acumuladores (ponto 2 da Cláusula 4) que apresente não conformidades:
 - a. Os resíduos enviados serão devolvidos à Ecopilhas, suportando os custos adicionais;
 - b. O Segundo Outorgante fica autorizado a proceder ao tratamento dos resíduos que apresentem impurezas, devendo a Ecopilhas suportar os custos adicionais.

Para efeitos do exposto na alínea b), o Segundo Outorgante deverá apresentar um plano de custos adicionais à Ecopilhas, tendo a Ecopilhas 5 (cinco) dias úteis para aceitar ou declinar a proposta.

5. Os custos de tratamento de não conformidades são os seguintes:

| Tipo de não conformidade | Custo do tratamento (€/kg) |
|--|-----------------------------------|
| Pilhas de Níquel-Cádmio | |
| Pilhas de Níquel-Hidreto Metálico | |
| Pilhas Alcalinas e de Zinco de Carbono | |
| Pilhas de Chumbo | |
| Acumuladores de Lítio Primário | |
| Células de Lítio Primário | |
| Pilhas de Mercúrio | |
| Pilhas de Botão | |
| Condensadores | |
| Água Residual | |
| Outras Não Conformidades | |

6. Caso a Ecopilhas não informe a opção seleccionada, num prazo de 15 (quinze) dias, o Segundo Outorgante poderá proceder à opção da alínea b), do ponto 4.

Cláusula 5ª

(Transferência dos Resíduos de Pilhas e Acumuladores)

1. A Ecopilhas é responsável pelo fornecimento dos recipientes / embalagens adequadas, nos termos da legislação em vigor relativa ao transporte de mercadorias perigosas, para o acondicionamento e transporte dos resíduos de pilhas e acumuladores.
2. A Ecopilhas coloca as pilhas e acumuladores usados nos recipientes previstos no ponto anterior.
3. Caso as condições de acondicionamento das pilhas e acumuladores usados não se encontrem em conformidade com a legislação em vigor, a Ecopilhas suportará os custos desse incumprimento e é obrigada a aceitar a devolução dos respetivos resíduos.
4. Cada embalagem de resíduos de pilhas e acumuladores triados deverá apresentar a seguinte informação, caso seja aplicável:
 - a. Definição do tipo de resíduo (pilhas / acumuladores e sistema químico);
 - b. Rótulo / Sinalização de perigo;
 - c. Código LER;
 - d. Número ONU e a classe de resíduos;
 - e. Outros requisitos previstos na lei.
5. Compete à Ecopilhas contratar os transportadores para efetuar a transferência das pilhas e acumuladores usados até às instalações do Segundo Outorgante e garantir que esses transportes são efetuados de acordo com as normas legais em vigor.
6. A Ecopilhas obriga-se a verificar se as pilhas e acumuladores usados que serão transferidos para a instalação de eliminação e / ou valorização do Segundo Outorgante se encontram com a documentação requerida no Anexo VII ou nos Anexos IA e IB do Regulamento (CE) nº 1013/2006, e com a declaração de expedição / guia do transporte, que especifica a quantidade de pilhas e acumuladores enviados.
7. O Segundo Outorgante disponibiliza o armazenamento das embalagens por um período de _____ dias, sem qualquer custo. Caso o tempo seja excedido, a Ecopilhas terá um custo de armazenamento num valor de _____ €/embalagem e por mês.
8. Posteriormente à entrega dos resíduos de pilhas e acumuladores nas instalações definidas, o Segundo Outorgante tem como obrigação devolver à Ecopilhas as embalagens vazias. Caso a Ecopilhas não recolha as respetivas embalagens num período de _____ dias, o Segundo Outorgante poderá adotar uma das seguintes alternativas:
 - a. Enviar as embalagens vazias para a Ecopilhas, sendo os custos da devolução suportados pela Ecopilhas;
 - b. Destruir as embalagens, correndo os respectivos custos por conta da Ecopilhas;
 - c. Considerar as embalagens como de sua propriedade;
 - d. Armazenar as embalagens, pagando a Ecopilhas os respetivos custos.
9. O Segundo Outorgante é obrigado a informar à Ecopilhas, a alternativa selecionada do ponto 8 da presente Cláusula.

Cláusula 6ª

(Processos de Reciclagem)

1. Os processos de tratamento e de reciclagem devem cumprir o disposto no Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, na sua atual redação (adiante designado por “RGGR”), e demais legislação aplicável, devendo ainda o centro de reciclagem observar os requisitos mínimos referidos no Artigo 76º do DL 152-D/2017, nomeadamente, a extração de todos os fluidos e ácidos, realizada em instalações, incluindo as de armazenagem temporária, com superfícies e cobertura impermeáveis adequadas ou em contentores adequados, e assegurar o cumprimento dos rendimentos mínimos de reciclagem, conforme explicitado na Cláusula 7.ª seguinte.
2. A Ecopilhas tem o direito de auditar os processos de reciclagem dos resíduos de pilhas e acumuladores realizados nas instalações de tratamento do Segundo Outorgante, de acordo com as seguintes condições:
 - a. A Ecopilhas deverá informar o Segundo Outorgante até 15 (quinze) dias antes da realização da auditoria;
 - b. O custo da auditoria será suportado pela Ecopilhas.

Cláusula 7ª

(Eficiências de Reciclagem)

1. De acordo com o Artigo 76º do DL 152-D/2017, a Ecopilhas é obrigada a atingir os seguintes rendimentos mínimos:
 - a. Reciclagem de 65 % em massa, das pilhas e acumuladores de chumbo-ácido, incluindo a reciclagem do mais elevado teor possível de chumbo que seja tecnicamente viável, evitando simultaneamente custos excessivos;
 - b. Reciclagem de 75%, em massa, das pilhas e acumuladores de níquel-cádmio, incluindo a reciclagem do mais elevado teor possível de cádmio que seja tecnicamente viável, evitando simultaneamente custos excessivos;
 - c. Reciclagem de 50%, em massa, de outros resíduos de pilhas e acumuladores.
2. Pelo presente Contrato, o Segundo Outorgante fica obrigado a cumprir a eficiência de reciclagem definida no ponto anterior, para os sistemas químicos definidos no Considerando 6, utilizando o método indicado no Anexo I do Regulamento (EU) n.º 493/2012, da Comissão, de 11 de junho de 2012, para calcular o rendimento dos processos de reciclagem dos resíduos de pilhas e acumuladores.
3. Caso os rendimentos mínimos de reciclagem de resíduos de pilhas e acumuladores sejam alterados pela lei ou pela entidade administrativa competente, a Ecopilhas deverá informar o Segundo Outorgante dos novos requisitos a cumprir para as operações de reciclagem de pilhas e acumuladores usados, ficando o Segundo Outorgante obrigado a cumprir os novos objetivos.
4. O Segundo Outorgante deverá informar a Ecopilhas atempadamente no caso de não conseguir cumprir os rendimentos mínimos a que está obrigado, e deverá tomar todas as medidas necessárias para a resolução da situação, incluindo o envio dos resíduos transferidos pela Ecopilhas para outra instalação de reciclagem autorizada, que consiga cumprir as eficiências de reciclagem requeridas. Neste caso, o Segundo Outorgante suportará os respetivos custos.

5. O Segundo Outorgante deverá subscrever e manter em vigor, até à rescisão do presente Contrato, uma apólice de seguro que cubra a sua responsabilidade pelos custos adicionais decorrentes das medidas referidas no ponto anterior.
6. Se o Segundo Outorgante não demonstrar a capacidade de remediar a situação conforme estabelecido no ponto 4 desta Cláusula, a Ecopilhas fica constituída no direito de resolver o presente Contrato.
7. O Segundo Outorgante é obrigado a enviar à Ecopilhas o certificado anual da eficiência de reciclagem e a certificação anual da quantidade pilhas e acumuladores reciclados, até dia 15 de Fevereiro do ano seguinte àquele a que se reportam os certificados.
8. Sem prejuízo na obrigação prevista no ponto anterior, o Segundo Outorgante obriga-se a remeter à Ecopilhas um relatório trimestral com as seguintes informações:
 - a. Quantidades recebidas de resíduos de pilhas e acumuladores, enviados pela Ecopilhas;
 - b. Percentagem de todos os sistemas químicos de pilhas e acumuladores enviados pela Ecopilhas, à exceção das pilhas alcalinas e de zinco carbono;
 - c. Quantidades destes resíduos que sofreram tratamento;
 - d. Eficiências de Reciclagem obtidas.

Cláusula 8ª

(Condições de Faturação e Tarifas)

Os preços devidos pelo tratamento dos resíduos de pilhas e acumuladores serão definidos num acordo à parte do presente Contrato.

Cláusula 9ª

(Início da Vigência e Duração)

1. O presente contrato entra em vigor no *Dia de Mês de Ano*.
2. O presente contrato vigorará pelo prazo de um ano, a contar da respetiva celebração, sendo sucessiva e automaticamente renovável por iguais períodos, salvo denúncia por qualquer das partes, enviada com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência relativamente ao termo do prazo ou renovação em curso.
3. O presente contrato caduca automaticamente em caso de desistência, suspensão, cassação, revogação ou não renovação da licença da Ecopilhas.

Cláusula 10ª

(Resolução do Contrato)

1. Em caso de incumprimento do presente contrato por qualquer uma das Partes, a outra Parte enviará uma comunicação à parte faltosa, por carta registada com aviso de receção, com a

indicação de que pretende resolver o mesmo, conferindo-lhe um prazo não inferior a 15 (quinze) dias para pôr termo à situação de incumprimento.

2. Caso a parte faltosa não venha a pôr termo à situação de incumprimento no prazo que para o efeito lhe tenha sido concedido nos termos do número anterior, a outra parte poderá então resolver o presente contrato, por carta registada com aviso de receção.
3. A resolução do contrato opera automaticamente na data da receção da comunicação prevista no número anterior e importa a extinção imediata de quaisquer direitos ou obrigações assumidas pelas Partes em data anterior à data da resolução, sem prejuízo do direito à indemnização ou compensação que ao caso couber.

Cláusula 11ª

(Confidencialidade e Propriedade da Informação)

1. Ambas as partes comprometem-se em não divulgar, dispor ou utilizar, qualquer informação respeitante à outra (nomeadamente informações confidenciais, segredos comerciais, sistemas exclusivos, software de computador, desenhos, modelos ou processos e conhecimentos técnicos ou comerciais) ainda que tal informação lhe tenha sido comunicada pela outra parte ou dela tenham tido conhecimento no âmbito do presente acordo, a menos que essa informação se tenha tornado do conhecimento público, sem que tenha havido culpa da parte que pretende revelá-la. Ambas as partes se obrigam a assegurar o cumprimento do disposto neste número por parte dos seus representantes, agentes, pessoal, fornecedores, subcontratados ou consultores.
2. Cada parte é responsável por quaisquer danos e prejuízos, de qualquer tipo ou natureza, que possam ser causados à outra pela divulgação da mencionada informação por parte daquela, de qualquer seu representante ou elemento do pessoal, assim como por parte dos agentes, fornecedores, subcontratados ou consultores da parte faltosa.

Cláusula 12ª

(Notificações)

1. Exceto quando expressamente previsto de forma diferente, todas as notificações ou comunicações a realizar no âmbito do presente Contrato serão efetuadas por carta registada com aviso de receção, por carta entregue em mão por protocolo, por fax ou por correio eletrónico (e-mail) assinado digitalmente.
2. As notificações e comunicações ter-se-ão por realizadas, no caso da carta, na data da assinatura do aviso de receção ou do protocolo, no caso de fax, na data de receção no fax destinatário e, no caso de correio eletrónico (e-mail), após confirmação do destinatário ou no dia útil seguinte após o envio. No entanto, se as referidas assinaturas ou receção não tiverem lugar em dia útil ou, tendo-o, se verificarem após as 17:00 horas, apenas se terão por efetuadas no primeiro dia útil subsequente.
3. As notificações e comunicações deverão ser endereçadas e transmitidas nos seguintes termos:

- Para a **Ecopilhas**:

Morada: Rua Padre Américo, 19D – Escritório D, 1600-548, Lisboa

Fax: 21 725 20 19

Correio Eletrónico: geral@ecopilhas.pt

- Para a/o (...):

Morada: (...)

Fax: (...)

Correio Eletrónico: (...)

Qualquer das Partes pode, mediante notificação da outra Parte efetuada nos termos da presente Cláusula, alterar as moradas, números de fax e/ou endereços de correio eletrónico ora indicados.

Cláusula 13ª

(Acordo Integral e Hierarquia entre Documentos)

O presente Contrato constitui o acordo e entendimento total entre as Partes e substitui todos e quaisquer acordos previamente celebrados entre as mesmas, sobre o mesmo objeto.

Cláusula 14ª

(Disposições Diversas)

1. A omissão do exercício de qualquer dos direitos das Partes ao abrigo do presente Contrato não constituirá perda nem será interpretada como renúncia ao posterior exercício desses direitos.
2. A invalidade, total ou parcial, de qualquer Cláusula do presente contrato não afetará a validade do remanescente, salvo se alguma das Partes demonstrar que não teria concluído o acordo nessas condições. As Partes obrigam-se a, na medida do possível, envidar os seus melhores esforços com vista a acordar e implementar uma solução para remediar ou mitigar os efeitos da referida invalidade.
3. Exceto se expressamente convencionado em sentido contrário, o presente Contrato não poderá ser emendado, alterado ou modificado, exceto por acordo escrito e assinado por ambas as Partes.

Cláusula 15ª

(Resolução de Conflitos)

Qualquer litígio emergente deste contrato, quer relativo à sua interpretação, quer à sua aplicação e execução, que não possa ser resolvido pelas partes, será dirimido pelo Tribunal da Comarca de Lisboa, com renúncia expressa de qualquer outro.

Cláusula 16ª

(Lei Aplicável)

O presente contrato reger-se-á e será interpretado em conformidade com a Lei Portuguesa.

O presente contrato é celebrado na *Cidade* a *Dia* de *Mês* de *Ano*, em 2 exemplares, ficando um exemplar em poder da Ecopilhas e outro em poder do Segundo Outorgante.

Pela Ecopilhas

Pelo Segundo Outorgante

(Eurico Cordeiro)

(...)